

Histórico

A região era primitivamente habitada pelo índios tupiniquins. O município originou-se da capitania doada em 1534, por Dom João III, Rei de Portugal, a Jorge de Figueiredo Correia que, residindo em Lisboa, mandou seu lugar-tenente, o espanhol Francisco Romero, tomar posse e administrar a referida capitania.

Em 1535, Romero aportou na atual ilha de Tinharé, junto ao morro por ele denominado São Paulo e lançou os fundamentos de uma vila.

Em busca de melhores condições, velejou rumo ao sul aportando na foz do rio, atualmente designado Cachoeira. No cimo do monte, mais tarde chamado Morro de São Sebastião, fundou a vila de São Jorge. Construíram-se paliçadas para defesa contra os navios e, no centro da vila, edificou-se a capela de São Jorge. Estabelecia-se a sede da Capitania de Ilhéus.

Superados os obstáculos iniciais, sobretudo os criados pela reação dos selvagens, construíram-se engenhos de açúcar e fixaram-se famílias procedente da coroa e de outras capitanias.

Em 1556, foi criada a freguesia de “São Jorge dos Ilhéus”, pelo Bispo Primaz do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha.

Nas lutas pela independência Nacional, Ilhéus tornou-se ponto de suprimento de gêneros alimentícios e munições destinados aos campos de batalhas.

A introdução da cultura do cacau na sua economia, por volta de 1825, impulsionou o desenvolvimento do município.

O topônimo é devido à existência de Ilhotas no litoral, próximas à costa.

Gentílico: ilheense

Formação Administrativa

Elevada à categoria de vila com a denominação de Ilhéus, em 1535.

Distrito criado com a denominação de Ilhéus, em 1556 e por lei estadual nº 905, de 06-11-1912.

Elevada à condição de cidade e sede do município com a denominação de Ilhéus, pela lei provincial nº 2187 de 28-06-1881. Instalada em 14-08-1881.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede.

Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral I-IX-1920, o município é constituído de 2 distritos: Ilhéus e Banco do Pedro.

Pelo decreto estadual nº 8678, de 13-10-1933, foram criados os seguintes distritos: Água Preta, Aritaguá, Banco Central, Cachoeira de Itabuna, Castelo Novo, Limoeiro, Itacaré, Itapitanga, Japú, Olivença, Pimenteira, Pirangi, Pontal, Rio do Braço e União Queimada. Todos anexados ao município de Ilhéus.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 16 distritos: Ilhéus, Água Preta, Aritaguá, Banco Central, Cachoeira de Itabuna, Castelo Novo, Itacaré, Itapitanga, Japu, Limoeiro, Olivença, Pimenteira, Pirangi, Pontal, Rio do Braço e União Queimada. **Não figurando o distrito de Banco do Pedro.**

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto-lei estadual nº 11089, de 30-11-1938, o distrito de Cachoeira de Itabuna passou a denominar-se Primavera, Limoeiro a chamar-se Morro Redondo e Itacaré tomou o nome de Guarací.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 16 distritos: Ilhéus, Água Preta, Aritaguá, Banco Central, Castelo Novo, Guaraci (ex-Itacaré), Itapitanga, Japu, Morro Redondo (ex-Limoeiro), Olivença, Pimenteira, Pirangi, Pontal, Primavera (ex-Cachoeira de Itabuna), Rio do Braço e União Queimada.

Pelo decreto-lei estadual nº 141, de 31-12-1943, confirmado pelo decreto-lei estadual nº 12978, de 01-06-1944, alguns distritos acima sofreram as seguintes modificações: Água Preta passou a denominar-se Uruçuca; Primavera mudou para Banco da Vitória; Morro Redondo tomou o nome de Barro Preto; Pirangi passou a chamar-se Itajuípe; Pontal foi modificado para Pontal dos Ilhéus e Guarací a passou a ter o nome de Coaraci.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 16 distritos: Ilhéus, Aritaguá, Banco Central, Banco da Vitória ex-Primavera, Barro Preto (ex-Morro Redondo), Castelo Novo, Coaraci (ex-Guaraci), Itajuípe (ex-Pirangi), Itapitanga, Japu, Olivença, Pimenteira, Pontal de Ilhéus (ex-Pontal), Rio do Braço, União Queimada e Uruçuca (ex-Água Preta).

Pela lei estadual nº 507, de 12-12-1952, desmembra do município de Ilhéus os distritos de Itajuípe e Barro Preto, para formar o novo município de Itajuípe.

Pela lei estadual nº 515, de 12-12-1952, desmembra do município de Ilhéus o distrito de Coaraci. Elevado à categoria de município.

Pela lei estadual nº 516, de 12-12-1952, desmembra do município de Ilhéus o distrito de Uruçuca. Elevado à categoria de município.

Pela lei estadual nº 628, de 30-12-1953, é criado o distrito de Coutos (ex-povoado) com terras desmembradas do distrito de Pontal e anexado ao município de Ilhéus. Sob a mesma lei é criado o distrito de Inema (ex-povoado), com terras desmembradas do distrito de Pimenteiras e anexado ao município de Ilhéus, sendo extinto o distrito de Pontal dos Ilhéus e seu território anexado ao distrito sede do município de Ilhéus e ainda o distrito de Bandeira do Almada (ex-União Queimada) foi transferido do município de Ilhéus para o de Itajuípe.

Em divisão territorial datada de I-VII-1960, o município é constituído de 12 distritos: Ilhéus, Aritaguá, Banco Central, Banco da Vitória, Castelo Novo, Coutos, Inema, Itapitanga, Japu, Olivença, Pimenteira e Rio do Braço.

Pela lei estadual nº 1359, de 21-12-1960, desmembra do município de Ilhéus o distrito de Itapitanga. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 11 distritos: Ilhéus, Aritaguá, Banco Central, Banco da Vitória, Castelo Novo, Coutos, Inema, Japu, Olivença, Pimenteira e Rio do Braço.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-I-1979.

Pela lei estadual nº 4050, de 14-05-1982, é criado o distrito de Sambaituba (ex-povoado) e anexado ao município de Ilhéus.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1983, o município é constituído de 12 distritos: Ilhéus, Aritaguá, Banco Central, Banco da Vitória, Castelo Novo, Coutos, Inema, Japu, Olivença, Pimenteira, Rio do Braço e Sambaituba.

Em divisão territorial datada de 1-VI-1995, o município é constituído de 10 distritos: Ilhéus, Aritaguá, Banco Central, Castelo Novo, Coutos, Inema, Japu, Olivença, Pimenteira e Rio do Braço.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.